

## Justificativa Jurídica para Manutenção da Nota Atribuída ao Projeto "Educar Jogando"

Prezados,

Em relação ao recurso apresentado pelo proponente Edilson Vaz da Silva Araújo, referente à análise do projeto "Educar Jogando" no âmbito do Edital 02/2024 - Ziraldo Alves Pinto, após revisão detalhada dos pontos contestados, entende-se que a nota atribuída ao projeto deve ser mantida, com base nos seguintes fundamentos jurídicos:

### 1. Critério da Qualidade do Projeto e Coerência do Objetivo e Metas:

O projeto "Educar Jogando" apresentou uma proposta clara e coerente, mas conforme o parecer do avaliador, existem pontos que poderiam ser melhor detalhados, como os métodos pedagógicos utilizados e a integração efetiva dos jogos ao currículo escolar. De acordo com o **artigo 5º, § 1º, da Lei nº 13.979/2020**, que rege a transparência em processos administrativos, a avaliação deve ser objetiva, levando em consideração o que foi apresentado no projeto. Nesse sentido, embora o projeto tenha sido bem estruturado, a falta de detalhamento em determinados pontos, como métodos pedagógicos, impactou a pontuação atribuída.

### 2. Critério de Integração Comunitária e Inclusão de Grupos Vulneráveis:

A argumentação do avaliador sobre a ausência de ênfase específica na inclusão de grupos vulneráveis é válida, pois a integração de pessoas com deficiência, idosos e outros grupos em vulnerabilidade social é um requisito comum em muitos editais de fomento cultural. Segundo a **Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência)**, é essencial promover a inclusão efetiva de grupos marginalizados em projetos culturais. Embora o projeto tenha abordado a acessibilidade, o fato de não especificar ações direcionadas à inclusão de grupos vulneráveis sociais de forma mais detalhada justifica a pontuação atribuída.

### 3. Critério de Coerência do Plano de Divulgação:

A estratégia de divulgação apresentada no projeto, com ações em redes sociais, WhatsApp, escolas e jornais locais, é adequada ao público-alvo. Contudo, como indicado pelo avaliador, seria importante um planejamento mais detalhado, incluindo ações específicas para atrair a participação de estudantes, professores e famílias. Este aspecto está em conformidade com a exigência de que o plano de divulgação seja claro e eficaz, conforme estipulado pelo **art. 37 da Constituição Federal**, que preconiza a eficiência nas ações públicas, como campanhas de divulgação.

#### 4. Critério de Trajetória Artística e Cultural do Proponente:

O avaliador reconheceu a trajetória sólida e diversificada do proponente, destacando sua experiência em diversas áreas culturais e educacionais, o que proporciona uma base sólida para o desenvolvimento do projeto. A crítica sobre a falta de detalhamento da experiência do proponente, no entanto, não comprometeu a avaliação geral, pois o currículo enviado já demonstrava competência. O **art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal**, que garante o direito de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, não impõe exigências exageradas de detalhamento, desde que a documentação apresentada seja suficiente para demonstrar a qualificação do proponente.

#### 5. Princípio da Legalidade e Transparência:

O processo de análise dos projetos deve respeitar os princípios constitucionais da **legalidade, impessoalidade e moralidade** (art. 37, da Constituição Federal), que exigem que todas as avaliações sejam feitas de acordo com os critérios definidos no edital e com base nas informações fornecidas. O fato de o avaliador sugerir que alguns aspectos poderiam ser mais detalhados não implica que a pontuação atribuída seja injusta, uma vez que a análise foi realizada conforme os parâmetros do edital e com transparência. Além disso, a proposta de "reavaliação" apresentada pelo proponente é legítima, mas não se configura como uma exigência para alteração da pontuação, uma vez que o julgamento do projeto seguiu os critérios estabelecidos.

**Conclusão:** Considerando os princípios do direito administrativo e os critérios estipulados pelo edital, a avaliação foi conduzida de forma transparente e dentro dos parâmetros estabelecidos. As sugestões de melhoria indicadas pelo avaliador são pertinentes, mas não justificam uma alteração na pontuação, uma vez que o projeto já atende adequadamente aos requisitos básicos do edital. Portanto, a nota atribuída ao projeto "Educar Jogando" deve ser mantida.

Atenciosamente,

Comissão de Análise  
Edital 02/2024 - Ziraldo Alves Pinto

Belo Horizonte- MG, 23 de dezembro de 2024

---

**DOUGLAS CÂNDIDO FERREIRA**

**REPRESENTANTE LEGAL**

**CPF: 116.724.226-20**

**RG: 16.796.069**

